

**Trabalho realizado pelo núcleo:
Parque dos Eucaliptos
CM Valmir
Campinas / SP**

**Historia do Brasil - da Colonização até a
chegada da Família Real.**

**Campinas – SP – Brasil
CM Valmir
12/2013**

Sumário:

Introdução	3
Definição	4
Origem	5
Diversidade	7
Cultura	9
Religião Indígena	14
Os conflitos entre indígenas e portugueses	15
Conflitos	20
Colonização	21
Economia canavieira e a escravidão africana	25
Invasão Holandesa e as disputas territoriais no Brasil colônia	27
A expedição de Van Noort	29
A expedição de Van Spielbergen	30
A invasão de Olinda e Recife	32
A resistência	33
A insurreição Pernambucana	35
Quilombos dos Palmares	36
A repressão	38
A ação de Domingos Jorge Velho	39
Escravidão nos Quilombos	40
Mineração no século XIII e as lutas por independências	41
O ciclo do ouro	43
A sociedade mineradora e as camadas medias	45
Invasões estrangeiras e conflitos coloniais	47
Inconfidência mineira	49
Conjuração baiana	51
Vinda da Família Real para o Brasil	52
Bibliografia	57

Introdução:

Historiadores afirmam que antes da chegada dos europeus à América havia aproximadamente 100 milhões de índios no continente. Só em território brasileiro, esse número chegava 5 milhões de nativos, aproximadamente. Estes índios brasileiros estavam divididos em tribos, de acordo com o tronco lingüístico ao qual pertenciam: tupi-guaranis (região do litoral), macro-jê ou tapuias (região do Planalto Central), aruaques (Amazônia) e caraíbas (Amazônia).

Atualmente, calcula-se que apenas 400 mil índios ocupam o território brasileiro, principalmente em reservas indígenas demarcadas e protegidas pelo governo. São cerca de 200 etnias indígenas e 170 línguas. Porém, muitas delas não vivem mais como antes da chegada dos portugueses. O contato com o homem branco fez com que muitas tribos perdessem sua identidade cultural.

Definição:

Na Idade Média, a palavra "índio" era empregada para designar todas as pessoas do Extremo Oriente. Ao chegar às Américas, Cristóvão Colombo acreditou que havia encontrado um novo caminho para as Índias e resolveu chamar os nativos que encontrou de "índios". O conceito de "índio" é, portanto, uma invenção europeia. Os habitantes originais das Américas nunca se enxergaram como um povo uno. Pelo contrário, diferentes grupos indígenas nutriam grande animosidade e constantemente guerreavam entre si. No Brasil, os tupis viviam ao longo do litoral quando da chegada dos portugueses, sendo oriundos, no entanto, da Amazônia. Com o crescimento populacional na Amazônia, os tupis começaram a migrar para o sul, expulsando e exterminando outros povos indígenas que viviam naquelas áreas e ocupando as regiões que historicamente esses outros povos habitaram. Os tupis eram adeptos da antropofagia e tinham o hábito de comer partes do corpo dos guerreiros vencidos das tribos inimigas, pois, na sua cultura, acreditavam absorver a força do inimigo ao comê-lo.

Quando os europeus chegaram às Américas encontraram, portanto, não um povo indígena, mas diferentes povos que nutriam animosidade entre si e não se enxergavam como pertencentes a um mesmo povo. Uma "identidade indígena" só foi criada séculos depois, com a chegada dos europeus.

Origem:

Pesquisas arqueológicas em São Raimundo Nonato, organizadas pela arqueóloga Niède Guidon no interior do Piauí, registram indícios da presença humana datados como anteriores a 10 000 anos atrás. A maioria dos pesquisadores acredita que o povoamento da América do Sul deu-se a partir de 20 mil a.C. Indícios arqueológicos no Brasil apontam para a presença humana em achados datados de 16000 a.C., de 14200 a.C. e de 12770 a.C. em Lagoa Santa (MG), Rio Claro (SP) e Ibicuí (RS).¹⁴ Em Lapa Vermelha, (Minas Gerais), foi encontrado um verdadeiro cemitério com ossos datados em 12 000 anos, o primeiro dos quais encontrado por Annette Laming-Emperaire na década de 1970 e que foi "batizado" de Luzia e que parecia mais aparentada com os aborígenes da Austrália ou com negrito das Ilhas Andaman.

Todos os seres humanos são descendentes dos mesmos antepassados que habitaram a África milênios atrás. A espécie humana surgiu na África, há cerca de 130 000 anos. Por milhares de anos, a África foi o único lugar do mundo onde havia seres humanos. As primeiras pessoas só saíram do Continente Africano há cerca de 50 000 anos e, a partir de então, passaram a se espalhar pelo resto do mundo.⁸ Os humanos caminharam, durante milhares de anos, rumo ao norte, até saírem da África e atingirem a região que hoje conhecemos como o Oriente Médio. Por centenas de anos, esse grupo de pessoas viveu no Oriente Médio até que, em algum momento da história, parte desse grupo de pessoas tomou rumos diferentes: alguns seguiram para o oeste, atingindo a Europa e dando origem aos europeus, enquanto que outra parcela rumou para o leste, atingindo a Ásia, dando origem aos asiáticos. Os índios das Américas são descendentes desse grupo que seguiu para o leste e que povoou a Ásia. Durante a Idade do Gelo, a Ásia era uma região gelada, o que propiciava a formação de grande cobertura de gelo sobre as quais as

peças podiam caminhar. Naquela época, uma imensa cobertura de gelo existia interligando a Ásia e a América do Norte, no Estreito de Bering. Os seres humanos, ao continuarem migrando rumo ao leste, chegaram àquela região e atravessaram as geleiras, atingindo o que hoje é o estado americano do Alasca. Com o fim da Idade do Gelo, aquela grande cobertura de gelo derreteu e abriu-se o oceano que separa hoje o Continente Asiático do Americano, impedindo novas migrações e separando definitivamente a população que ficou na Ásia da que migrou para a América. Como não havia alternativa, essas pessoas continuaram migrando, ao longo de milhares de anos, rumo ao sul, saindo da América do Norte e povoando a América Central e a América do Sul.

O Brasil, ao ser formado pela migração de índios, africanos e europeus, tornou-se um ponto de "reencontro" dessas pessoas que, apesar de terem a mesma origem ancestral, ficaram separadas durante milênios devido às migrações para diferentes partes do mundo. Esses milênios de separação criaram diferenças culturais, linguísticas e fenóticas, em decorrência da adaptação de cada grupo a meios ambientais completamente diferentes. Apesar dessas diferenças serem muitas vezes interpretadas como formadoras de "raças" humanas diferentes, do ponto de vista genético o conceito de raça é infundado.

Diversidade:

Os povos indígenas do Brasil compreendem um grande número de diferentes grupos étnicos que habitam o país desde antes do início da colonização europeia, que principiou no século XVI, fazendo parte do grupo maior dos povos ameríndios. No momento da descoberta europeia do Brasil, os povos nativos eram compostos por tribos seminômades que subsistiam da caça, pesca, coleta e a agricultura migrante. Muitos dos cerca de 2 000 povos e tribos que existiam no território brasileiro no século XVI morreram em consequência da escravização e das doenças que vieram com a colonização europeia ou foram absorvidos pela sociedade brasileira.

Os povos indígenas brasileiros deram contribuições significativas para a cultura mundial, como a domesticação da mandioca e o aproveitamento de várias plantas nativas, como o milho, o tabaco, o guaraná, a erva-mate, a batata-doce, apimentada, o caju, o abacaxi, o cará, o pinhão, o açaí, a pitanga, a jabuticaba, a mangaba, o cajá, o umbu, o urucum, o jenipapo, o maracujá, a goiaba, o pequi, o amendoim, o mamão, o jambo, o jatobá, o buriti, a carnaúba, a juçara, a pupunha, o jerivá, a copaíba, a andiroba, o tucum, o tucumã, a abóbora, o feijão, o Cambuci, etc. Além disso, difundiram o uso da rede de dormir e a prática da peteca e do banho diário e frequente (este costume era desconhecido pelos europeus do século XVI).

A população indígena foi amplamente exterminada pelos conquistadores europeus, caindo de uma população de milhões na era pré-colombiana para cerca de 300 000 em 1997, agrupados em cerca de 200 tribos diferentes. No entanto, o número pode ser muito maior se as populações urbanas indígenas forem consideradas em todas as cidades brasileiras atuais. Uma pesquisa linguística de 1985 encontrou 188 línguas indígenas vivas, com 155 000 falantes.

Em 18 de janeiro de 2007, a Fundação Nacional do Índio informou que havia confirmado a presença de 67 diferentes tribos isoladas no Brasil, contra 40 em 2005. Com esta adição, o Brasil ultrapassou a Nova Guiné como o país com o maior número de povos isolados no mundo. No último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010), 817 000 brasileiros se classificaram como indígenas, embora milhões de brasileiros tenham ascendência ameríndia.

Cultura:

Há grande diversidade cultural entre os povos indígenas no Brasil, mas há também características comuns:

1. A habitação coletiva, com as casas dispostas em relação a um espaço cerimonial que pode ser no centro ou não. Em cada habitação, moram de setenta a oitenta casais com suas famílias, que, à noite, acendem fogueiras e dormem em redes. Quando a aldeia ficava não muito longe das dos inimigos, era cercada por duas ou três paliçadas de troncos de árvores. Entre as paliçadas, fossos eram cavados e, no fundo, eram fincadas estacas pontiagudas. A parte superior de cada fosso era disfarçada com ramos e folhas. Normalmente, ficavam em cada aldeia até que as palhas que cobriam as habitações apodreciam, o que levava de três a quatro anos. Algumas tribos, como os aimorés, não construíam aldeias. Simplesmente limpavam uma área e dormiam debaixo das árvores, mantendo, à noite, fogueiras acesas. Deitavam-se com os pés voltados para o fogo, que era protegido, em noites de chuva, por couro de veado sustentado por quatro estacas.
2. A vida cerimonial como base da cultura de cada grupo, com as festas que reúnem pessoas de outras aldeias, os ritos de passagem dos adolescentes de ambos os sexos, os rituais de cura e outros;
3. O amplo conhecimento da produção de bebidas fermentadas a partir de tubérculos, raízes, folhas, sementes e frutos como *oabatiui* (milho), *beeutingui* (farinha de mandioca), *cachiri* (mandioca, batata-doce ou inhame), *cacimacaxera* (mandioca), *caçuma* (mandioca e frutos), *caoi* (fruto de caijba), *catimpuera* (milho), *caxiri* (buriti), *caviracarú* (mandioca), *caxiri* (mandioca), *cauim* (nome genérico para várias bebidas fermentadas à base de milho,

mandioca, caju, batata, amendoim, banana, ananás etc.), *eivir* (farinha de milho), *giroba* (mandioca), *guariba* (mandiocaba ou mandioca doce), *ivir* (milho), *jetuuy* (batata), *manavy* (ananás), *mocororó* (arroz ou mandioca), *nanaí* (abacaxi), *oloniti* (milho), *pacobi* (frutos de pacobete e pacobuçu), *pacouy* (mandioca), *pajaurú* (beiju), *pajuarí* (frutos fermentados), *tarubá* (beiju), *tepiocuy* (beiju), *tiborna* (mandioca), *tikira* (beiju), *tipiaci* (farinha de mandioca), *tucanaíra* (mel de abelhas, saburá de favos e água).

4. A arte como parte da vida diária, encontrada nos potes, nas redes e esteiras, nos bancos para homens e mulheres, e na pintura corporal, sempre presente nos homens;
5. A educação das crianças era compartilhada por todos os habitantes da aldeia. A mãe amamentava o filho até aos oito anos, conquanto não tivesse outro no período. A criança era carregada o tempo todo pela mãe ou pelo pai. Se fosse menino, o pai lhe ensinava logo cedo a manejar o arco e a flecha, a construir balaies e outras lidas. Quando menina, a mãe a introduzia no míster de fiar algodão, tecer redes e fabricar enfeites para o cabelo.
6. Quanto à família, esta podia ser monogâmica ou poligâmica.
7. Deixaram forte herança na culinária brasileira, com pratos à base de mandioca, milho, guaraná e palmito, tais como pamonha e biju; a arte indígena também foi assimilada à brasileira em objetos; uso de redes e jangadas, canoa, armadilhas de caça e pesca; no vocabulário: em topônimos como Curitiba, Piauí etc., em nomes de frutas nativas ou de animais como caju, jacaré, abacaxi, tatu. E deixaram no brasileiro hábitos como o uso do tabaco e o costume do banho diário.

8. Da culinária indígena à base de mandioca, foram adotadas a farinha fina, de carimã, o mingau e o beiju, também chamado de tapioca. O beiju simples é um bolo de massa fresca, úmida, passado pela urupema (peneira de fibras vegetais) para formar grumos, que devido ao calor ficam ligados; o beiju-ticanga, feito de massa de mandioca mole e seca ao sol; o beijuaço, redondo, feito como o beiju-ticanga, mas seco no forno; o beijucica feito de massa de macaxeira, em grumos bem finos; o beiju de tapioca, de tapioca umedecida, saindo da urupema em pequeninos grumos e quando pronto é enrolado; o *caribé*, que é o beijuaço posto de molho e reduzido a massa que, quando água é acrescentada, forma um tipo de mingau; o *curadá*, um *beiju* grande, feito de *tapioca* umedecida, em grumos maiores, levando castanha crua, depois sendo enrolado.
9. Dos alimentos vegetais herdados dos indígenas, além da mandioca e do milho, incluem-se a batata-doce, cará, pinhão, cacau e amendoim. O caruru, a serralha e o palmito foram também introduzidos por eles. Quanto a frutos, os mais comuns são o mamão, o araçá e o caju, embora haja dezenas de outros hoje pouco comuns ou de conhecimento apenas de pessoas que vivem em regiões onde eles ainda ocorrem como: abajeru, amaitim, apé, araticum, azamboa, bacaba, bacupari, bacuri, caiuia, camboim, cambucá, camichã, curuanha, curuiri, guti, gravatá, grumixama, guajirí, guapuronga, embaúba, jataí, mcurí, mucujé, mundururu, murici, pajurá, penão, ubaia, ubucaba e umari. Outros vegetais introduzidos pelos indígenas foram fibras como o algodão, o tucum e o guaratá bravo; para fazer vassouras, a peipeçaba (piaçava ou piaçaba); gêneros de abóboras para produzir cabaças, usadas para armazenar água ou farinha. Dos alimentos derivados de animais, destacam-se os de tartarugas e seus ovos como o arabu, o abunã, o mujanguê e o

paxicá. Provenientes de peixes: paçoca e o moquém (também podem ser de outros animais), o piracuí, a moqueca indígena e a mixira.

No Brasil colonial, os portugueses tiveram, como aliados, os índios aldeados, os quais se tornaram súditos da Coroa.

A educação indígena é bem interessante. Os pequenos índios, conhecidos como curumins, aprender desde pequenos e de forma prática. Costumam observar o que os adultos fazem e vão treinando desde cedo. Quando o pai vai caçar, costuma levar o indiozinho junto para que este aprender. Portanto a educação indígena é bem pratica e vinculada a realidade da vida da tribo indígena. Quando atinge os 13 os 14 anos, o jovem passa por um teste e uma cerimônia para ingressar na vida adulta.

Duas figuras importantes na organização das tribos são o pajé e o cacique. O pajé é o sacerdote da tribo, pois conhece todos os rituais e recebe as mensagens dos deuses. Ele também é o curandeiro, pois conhece todos os chás e ervas para curar doenças. Ele que faz o ritual da pajelança, onde evoca os deuses da floresta e dos ancestrais para ajudar na cura. O cacique, também importante na vida tribal, faz o papel de chefe, pois organiza e orienta os índios.

A organização social dos índios

Entre os indígenas não há classes sociais como a do homem branco. Todos têm os mesmo direitos e recebem o mesmo tratamento. A terra, por exemplo, pertence a todos e quando um índio caça, costuma dividir com os habitantes de sua tribo. Apenas os instrumentos de trabalho (machado, arcos, flechas, arpões) são de propriedade individual. O trabalho na tribo é realizado por todos, porém possui uma divisão por sexo e idade. As mulheres são responsáveis pela comida, crianças, colheita e plantio. Já os homens

da tribo ficam encarregados do trabalho mais pesado: caça, pesca, guerra e derrubada das árvores.

Os índios faziam objetos utilizando as matérias-primas da natureza. Vale lembrar que índio respeita muito o meio ambiente, retirando dele somente o necessário para a sua sobrevivência. Desta madeira, construíam canoas, arcos e flechas e suas habitações (oca). A palha era utilizada para fazer cestos, esteiras, redes e outros objetos. A cerâmica também era muito utilizada para fazer potes, panelas e utensílios domésticos em geral. Penas e peles de animais serviam para fazer roupas ou enfeites para as cerimônias das tribos. O urucum era muito usado para fazer pinturas no corpo.

Religião Indígena:

Cada nação indígena possuía crenças e rituais religiosos diferenciados. Porém, todas as tribos acreditavam nas forças da natureza e nos espíritos dos antepassados. Para estes deuses e espíritos, faziam rituais, cerimônias e festas. O pajé era o responsável por transmitir estes conhecimentos aos habitantes da tribo. Algumas tribos chegavam a enterrar o corpo dos índios em grandes vasos de cerâmica, onde além do cadáver ficavam os objetos pessoais. Isto mostra que estas tribos acreditavam numa vida após a morte.

Principais etnias indígenas brasileiras na atualidade e população estimada

- Ticuna (35.000), Guarani (30.000), Caiagangue (25.000), Macuxi (20.000), Terena (16.000), Guajajara (14.000), Xavante (12.000), Ianomâmi (12.000), Pataxó (9.700), Potiguara (7.700).

Fonte: Funai (Fundação Nacional do Índio).

- De acordo com dados do Censo 2010 (IBGE), o Brasil possuía, em 2010, 896.917 indígenas. Este número correspondia a 0,47% da população do Brasil.

Os contatos entre indígenas e portugueses:

Após os primeiros contatos, os portugueses foram incorporando elementos da cultura indígena, da mesma forma que os indígenas foram adotando padrões europeus. O contato entre culturas promove esse intercâmbio e a adoção de novos costumes por ambas as partes, mesmo que essa relação seja caracterizada como de dominação, como nesse caso. Muitos portugueses tinham esposas nativas e seus filhos já não eram lusos, mas mestiços. Aprendiam a língua local, assim como os costumes transmitidos pelos indígenas, aprendendo a se alimentar com os produtos da terra, como a mandioca, o milho, as frutas e peixes nativos. Os indígenas, aprisionados ou catequizados, foram inseridos em formas de trabalho sistemático, seja pelo colonizador, interessado em explorar a sua mão de obra, seja pelos jesuítas, que entendiam o trabalho como forma de lidar com a indolência, considerada natural ao nativo.

No interior, de escasso povoamento, predominavam os costumes indígenas. A primeira área colonizada do interior do continente tinha como centro o sertão de Piratininga, onde surgiu a cidade de São Paulo, marcando a história de toda a colonização das terras interiores do Brasil. Diferentemente da costa ligada ao comércio de cana-de-açúcar, o interior estava ocupado por jesuítas e pelos poucos que se aventuravam a subir a Serra do Mar. Os jesuítas, preocupados em catequizar os nativos, logo aprenderam a língua local e, como bons gramáticos, estudaram o tupi. Acredita-se que estruturas de suas línguas de origem (latim, português) foram se incorporando ao tupi. Como se vê, a língua é um bom exemplo de como a relação entre culturas resulta em fenômenos singulares de representação do sincretismo que o convívio promove. O resultado foi que, por mais de duzentos anos, a principal língua falada nos sertões era o tupi. Os bandeirantes, a maioria de origem paulista, falavam o

português e o tupi, sendo responsáveis pela difusão deste último para o que viria a ser Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Paraná. Por esse motivo, os topônimos predominantes em todo o Brasil são tupis.

Embora muitos bandeirantes fossem mestiços e falantes do tupi, eram caçadores de indígenas. As mulheres podiam servir como esposas, ou, como os homens, eram vendidos como escravas para as fazendas canavieiras. Calcula-se que mais de 350 mil indígenas tenham sido escravizados e vendidos para as fazendas nordestinas nos primeiros 150 anos da plantação de cana (1550-1700). Isso significa que esses indígenas foram vitais para a produção agrícola portuguesa. Eles eram chamados de negros da terra, para diferenciá-los dos negros da Guiné, como eram chamados os africanos.

Os jesuítas fizeram dos povos indígenas o foco de sua atuação no continente americano. Criaram as missões, locus da catequese e do aprendizado da cultura europeia, como também buscaram resguardar os guaranis dos ataques bandeirantes e das autoridades lusas e espanholas. Essas missões eram comunidades geridas sem interferência direta das coroas e estavam sob controle eclesiástico. Contudo, ali os indígenas podiam, por exemplo, preservar seu idioma, como parte de seus costumes, mesclados com a catequese cristã. O aprendizado do catolicismo e a adoção de novos costumes, mesmo que misturados aos de origem, levou gradativamente à modificação da cultura indígena. As missões foram um dos alvos preferidos dos bandeirantes na busca do aprisionamento dos indígenas, já que eles se encontravam agrupados e aculturados.

A expulsão dos jesuítas, em meados do século XVIII, e o Tratado de Madri, entre as coroas de Portugal e Espanha, selaram o destino das missões, que foram destruídas e seus povos dispersos.

Vestígios desses povos missioneiros sobreviveram no Paraguai, na Argentina e no Brasil atuais.

A mineração do século XVIII viria a pôr termo, com o passar do tempo, ao uso do tupi no interior do Brasil. Os costumes indígenas, a toponímia e as tradições caboclas, contudo, nunca deixaram de predominar. O Brasil não pode se reconhecer sem incorporar essa influência determinante em sua formação.

A imagem do índio se modificou ao longo da história brasileira. Nos primeiros séculos, o índio era retratado como um selvagem, um "quase-animal" que deveria ser domesticado ou derrotado. No século XIX, houve uma reviravolta, por meio do "indianismo romântico". O índio passou a ser tratado, então, como o "bom selvagem". Essa concepção adentrou o século XX, trazendo a ideia de que o índio era dono de uma moral intangível, sendo ele uma vítima indefesa da crueldade europeia, sendo seu destino combater os europeus ou se submeter a eles. Nessa concepção, os índios viviam em harmonia nas Américas, até que chegaram os portugueses, os quais semearam guerras e destruíram pessoas, culturas e plantas. Esse discurso até hoje produz eco nos meios popular e escolar brasileiros. Porém, nas últimas décadas, as novas produções históricas têm dado visibilidade a uma outra análise da questão indígena. Sem negar a violência com que muitos europeus trataram os indígenas, a história têm passado a tratar o índio não como uma vítima passiva da colonização europeia, mas também como um agente que interferiu e teve papel fundamental nesse processo.

Sem a ajuda dos índios, a colonização europeia em diversos pontos das Américas teria sido impraticável. No Brasil, muitos índios se beneficiaram com a chegada dos portugueses. Os índios tupis do litoral viviam envolvidos em guerras com outros índios. Muitos índios se aliaram aos portugueses visando a exterminar grupos indígenas

inimigos. Caso emblemático foi a Guerra dos Tamoios, travada no Rio de Janeiro nos anos de 1556 e 1557. Os tupiniquins e os temiminós ajudaram os portugueses a expulsar os franceses da região, e depois contaram com o apoio português para exterminar seus inimigos antigos: os índios tupinambás (também chamados tamoios). Para um grupo indígena, um grupo indígena rival era tão "estrangeiro" quanto os portugueses, franceses, espanhóis ou holandeses.

Os índios ajudaram os colonos portugueses a escravizar e a exterminar outros índios. As bandeiras, expedições coloniais que visavam a escravização indígena, eram formadas majoritariamente por índios e alguns poucos não índios, denominados de paulistas, eles próprios majoritariamente mestiços de mãe indígena e pai europeu. Em 1605, o padre Jerônimo Rodrigues ficou espantado em Santa Catarina ao ser recebido por índios interessados em vender outros índios, inclusive pessoas da própria família, em troca de roupas e ferramentas. O padre escreveu: "Outro moço vindo aqui onde estávamos, vestido em uma camisa, perguntando-lhe quem lhe dera, respondeu que, vindo pelo navio, dera, por ela, por alguma ferramenta, um seu irmão (...)"

A aliança entre índios e portugueses proporcionou vantagens para ambos os lados. Os índios se beneficiavam com a presença portuguesa, contando com o seu apoio para exterminar tribos inimigas. As novas tecnologias trazidas pelos portugueses e desconhecidas dos índios provocaram uma revolução e um melhoramento na vida das tribos. Tecnologias como o anzol facilitaram enormemente a pesca. O uso do machado diminuiu, em várias horas, o trabalho dispendido para se cortar coisas. A introdução de novos alimentos, como a banana, a jaca, a manga e a laranja, diminuíram o estorvo que era para se obter comida nas tribos. Até mesmo a introdução do cavalo e do cachorro domesticado protegiam as tribos de ameaças. Para os portugueses, também houve

benefícios: os índios aliados protegiam as povoações e guiavam os colonos nas suas expedições.

Conflitos:

Estimativas da população indígena na época do descobrimento apontam que existiam, no território brasileiro, mais de mil povos, sendo 5.000.000 indígenas. Outras estimativas variam entre 2.500.000 de indígenas em 1500 a até 6.000.000.

Durante o século XIX, com os avanços em epidemiologia, casos documentados começaram a aparecer de brasileiros usando epidemias de varíola como arma biológica contra os índios. Um caso "clássico", segundo antropólogo Mércio Pereira Gomes, é o da vila de Caxias, no Sul do Maranhão, por volta de 1816. Fazendeiros, para conseguir mais terras, resolveram "presentear" os índios timbiras com roupas de pessoas infectadas pela doença (que normalmente são queimadas para evitar contaminação). Os índios levaram as roupas para as aldeias e, logo, os fazendeiros tinham muito mais terra livre para a criação de gado. Casos similares ocorreram por toda a América do Sul. As "doenças do homem branco" ainda afetam tribos indígenas no Amazonas.

Colonização:

A Colonização do Brasil é o nome do processo de povoamento, exploração e dominação realizado pelos portugueses a partir do século XVI nas atuais terras brasileiras. Tem início com a chegada dos colonizadores à nova terra, habitada por numerosas nações indígenas.

Não se deve confundir a colonização do Brasil com a época do Brasil Colônia, visto que o processo de povoar e desenvolver o território começou antes e foi além da ocupação portuguesa, desde os índios até os imigrantes recentes.

Os povos ameríndios teriam sido os primeiros colonizadores (no sentido de que se propagaram pelo território). Sua origem ainda não foi plenamente esclarecida, mas a opinião mais aceita é de que descenderiam de antigas raças asiáticas e da Oceania que teriam chegado à América pelo estreito de Behring ou pela navegação no Oceano Pacífico.

A princípio os portugueses acreditavam que os índios pertenciam ao mesmo grupo social. Após algum tempo, percebeu-se que havia diferenças significativas: os grupos tupis possuíam uma organização social mais complexa e falavam uma mesma língua. Os tapuias habitavam o interior.

Hoje se diz que os índios do Brasil podiam ser divididos em quatro grande grupos étnicos: os tupi-guaranis, os tapuias (ou jês), os nuaquas e os caraíbas.

Todas estas nações indígenas, embora tivessem suas estruturas políticas distintas em relação às civilizações do México, da Bolívia e do Peru (que constituíram-se em impérios) e, não opondo ao colonizador português a resistência que essas haviam oposto ao espanhol, deixaram como legado milhares de novas palavras ao vocabulário da língua portuguesa hoje falada no Brasil.

Muitos topônimos são originários da língua dos índios: os nomes de vários Estados (Amapá, Ceará, Pará, Paraná, Pernambuco, Piauí), de numerosas cidades (Caraguatatuba, Carapicuíba, Embu, Itamarandiba, Itaquaquetuba, Paranapiacaba etc.), de acidentes geográficos (Anhangabaú, Itapeva, Urubuqueçaba, Itacolomi) e de animais (jaguatirica, urubu, tapir, siriema, jacutinga) tem como origem a cultura indígena, provando sua força.

O processo de colonização do Brasil foi consequência do já desenvolvido processo de expansão marítima realizado pelos portugueses. Durante o século XV, os portugueses ocuparam regiões estratégicas da Ásia e da África que poderiam ser utilizadas como foco de expansão comercial. Posteriormente, o controle dessas áreas abriu espaço para que as primeiras práticas colonizadoras fossem empreendidas nas Ilhas de Açores e Madeira.

A conquista de rotas comerciais com o Oriente, tido até então principal área de fluxo comercial das nações europeias, fez com que a descoberta das terras brasileiras não fosse de muito interesse para a Coroa. Nos primeiros trinta anos de colonização, as únicas atividades se limitavam a realizar a extração do pau-brasil nas regiões litorâneas do país. Tal empreendimento contava com a colaboração dos índios, que em troca de alguns produtos e utensílios, realizavam a derrubada e o armazenamento da madeira.

No entanto, o repúdio de algumas nações contra o monopólio ibérico sobre a exploração das terras americanas viria a transformar esse quadro. Nações como a França e a Holanda reivindicavam a adoção do princípio de *uti possidetis* para que os territórios coloniais fossem devidamente demarcados. Ao mesmo tempo em que protestavam, essas nações ameaçavam a hegemonia lusitana em terras brasileiras com o envio de expedições de reconhecimento do território tupiniquim.

Tais ameaças fizeram com que a política colonial portuguesa fosse modificada. No ano de 1530, o expedicionário Martim Afonso de Sousa fundou o primeiro centro de exploração colonial no litoral do atual Estado de São Paulo. Essa primeira ocupação deu origem à Vila de São Vicente que, tempos depois, teria a companhia de outros focos de ocupação localizados na região do Planalto de Piratininga. Muitos dos primeiros habitantes eram degredados e desertores que viviam marginalizados no Velho Continente.

O sistema de capitanias, bem sucedido nas ilhas da Madeira e de Cabo Verde, foi inicialmente implantado no Brasil com a doação da Ilha de São João (atual ilha de Fernando de Noronha), por Carta Régia de Dom Manuel I (1495 - 1521), datada de 16 de Fevereiro de 1504, que doou a Fernando de Noronha, arrendatário do contrato de exploração do pau-brasil ("*Caesalpinia echinata*"), constituindo a capitania de São João, sem qualquer efeito na prática, uma vez que não há notícia de sua colonização à época. Os descendentes de Noronha, entretanto, continuaram herdando o título de posse da capitania até ao seu último representante, João Pereira Pestana, em 1692.

A partir de então, a administração colonial contou com um primeiro sistema de distribuição organizado por meio da divisão do território. Essa divisão deu origem às chamadas capitanias hereditárias, grande extensões de terra que eram doadas para nobres, burocratas ou comerciantes influentes dentro da Corte lusitana. Aquele que recebia alguma capitania era chamado de donatário e teria que cumprir com os princípios estabelecidos por dois documentos legais: a Carta de Doação e o Foral.

Esse primeiro sistema de controle e povoamento da colônia brasileira acabou não tendo grandes resultados. Com isso, os portugueses resolveram implantar um novo sistema administrativo mais centralizado e composto por representantes diretos do poder metropolitano. Foi daí que surgiu o chamado governo-geral, um

governador nomeado pelo rei deveria tomar medidas em favor da criação de vilas, a exploração econômica das terras e o combate aos piratas e contrabandistas.

Para dar conta de tantas funções, o governador-geral contava com o apoio de um corpo de funcionários. Para tratar das questões de justiça havia a figura do ouvidor-mor; os recursos financeiros levantados pela atividade colonial e a arrecadação de impostos era responsabilidade do provedor-mor; e o capitão-mor combatia os invasores e criminosos do ambiente colonial. A primeira cidade escolhida para abrigar o governo-geral foi Salvador, considerada a primeira capital do Brasil.

Além de contar com o interesse da Coroa, a colonização também se desenvolveu graças à ação dos missionários da Ordem de Jesus. Os padres jesuítas vinham para o Brasil com objetivo de catequizar as populações nativas e, por meio de sua ação, acabavam dando uma justificativa religiosa à presença dos portugueses em terras distantes. A disseminação do cristianismo acabava dando sustentação a toda exploração e expropriação praticadas nesse tempo.

Dessa maneira, dava-se início a um dos mais longos períodos da história brasileira. Ao longo de quatro séculos, os portugueses empreenderam negócios rentáveis à custa de uma estrutura administrativa centralizada e voltada para os exclusivos interesses da metrópole. Muitas das feições sociais, políticas, econômicas e culturais assumidas pelo Brasil na atualidade são fruto desse longo período histórico.

Economia Canavieira e a Escravidão africana:

Implantada a princípio nas planícies costeiras da colônia, a lavoura açucareira rendeu a Portugal um montante que jamais seria alcançado durante todo o percurso colonial do Brasil. Até mesmo a rica mineração, desenvolvida na região das Minas, não superaria as divisas geradas por meio da comercialização do considerado “ouro branco” americano.

Na porção litorânea, sobretudo do Nordeste, as condições de solo e de clima foram extremamente favoráveis ao desenvolvimento da cana-de-açúcar, com temperaturas mais elevadas além do rico solo de massapê. Na Europa, a demanda pelo produto era crescente e o prévio acúmulo de riquezas gerado por meio do comércio internacional de especiarias propiciara frutíferos investimentos nesta área.

Em todo o processo de produção, da plantação das mudas até o encaixotamento do açúcar destinado especialmente a Europa, o trabalho fora realizado por escravos. Se num primeiro momento a escravização recaía sobre os nativos da terra – os indígenas – mais baratos e facilmente capturados, com o tempo, acentuou-se a substituição destes por cativos de origem africana, acima de tudo, pelo fato do tráfico transatlântico proporcionar uma generosa arrecadação aos sujeitos envolvidos e, em consequência, à Coroa Portuguesa.

O trabalho realizado pelos escravos africanos nos engenhos de açúcar era árduo e insalubre. As jornadas eram longas e tornavam-se mais exaustivas à medida que se aproximava o período da colheita da cana, uma vez que as tarefas a serem cumpridas aumentavam. Por vezes, o trabalho era interrompido por morosas sessões de tortura e castigos físicos, como forma de dominação e punição por parte do senhor. Uma das técnicas mais utilizadas era encaminhar o escravo ao “tronco”, onde tinha sua cabeça e membros imobilizados e ali

ficava por horas e inclusive dias, tornando-o incapaz até de se defender contra a perturbação de insetos. O desgaste era físico e, sobretudo, moral.

Os que apresentassem um comportamento tido como incorreto ou aqueles que tentassem fugir para quilombos eram, se recapturados, imediatamente alocados nas moendas ou fornalhas, onde as condições de trabalho eram mais perigosas e precárias. Muitos perdiam suas mãos e braços nas moendas. Normalmente, ao lado destas, ficavam dependurados machados, utilizados pelos feitores para rapidamente decepar o braço preso de alguém, evitando, desta maneira, que o corpo todo fosse tragado pelas engrenagens.

Habitavam a chamada senzala, uma espécie de alojamento geralmente feita de barro, onde se acomodavam e se incomodavam os escravos. Não havia divisões internas e em algumas inexistiam janelas, o que criava um ambiente propício a disseminação de doenças. Lá dentro, as pessoas ficavam amontoadas e acorrentadas, para evitar de se evadirem do local. Muito comum era a presença de um "pelourinho" diante da senzala, tronco ereto com amarras para as mãos, onde os cativos eram açoitados na frente de todos, para servirem de exemplo a não ser seguido.

É habitual se pensar que, diante deste quadro hostil, marcado pela violência e opressão, os escravos se mantiveram conformados com sua difícil situação. Contudo, é válido ressaltar que muitas foram as revoltas, as negociações, as fugas, os seqüestros realizados por esta gente, demonstrando que a sujeição do homem pelo homem é acompanhada, antes de tudo, da resistência.

O cantor e compositor Jorge Ben Jor possui uma bela música que ilustra um pouco das experiências dos escravos no universo rural do Brasil Colônia, inclusive nas lavouras de cana. "Zumbi" é o nome da canção. Uma boa pedida para quem se interessa pelo assunto.

Invasão Holandesa e as disputas territoriais no Brasil Colônia:

Invasões holandesas é o nome normalmente dado, na historiografia brasileira, ao projeto de ocupação da Região Nordeste do Brasil pela Companhia Holandesa das Índias Ocidentais (W.I.C.) durante o século XVII.

As invasões holandesas foram o maior conflito político-militar da colônia. Embora concentradas no atual Nordeste, não se resumiram a um episódio regional. Fizeram parte do quadro de relações internacionais entre os Estados europeus: foi uma luta pelo controle do açúcar, bem como das fontes de suprimento de escravos. Houve duas frentes interligadas, embora distantes: Brasil e África.

A resistência foi caracterizada por um esforço financeiro e militar baseado em recursos locais e externos. Os recursos levantados na colônia representaram dois terços dos gastos entre 1630 e 1637, com tropas majoritariamente europeias; e quase a totalidade do gasto entre 1644 e 1654, com tropas mormente pernambucanas.

Não cabe falar no surgimento do nacionalismo brasileiro. Porém, a resistência foi um marco do nativismo.

O conflito iniciou-se no contexto da chamada Dinastia Filipina ("União Ibérica", no Brasil), período que decorreu entre 1580 e 1640, quando Portugal e as suas colônias estiveram inscritos entre os domínios da Coroa da Espanha.

À época, os neerlandeses lutavam pela sua emancipação do domínio espanhol. Apesar de algumas províncias terem proclamado a sua independência em 1581, a República das Províncias Unidas, com sede em Amsterdã, apenas teve a sua independência reconhecida em 1648, após o acordo de paz de Münster, quando se efetivou a sua separação da Espanha.

Durante o conflito, uma das medidas adotadas por Filipe II de Espanha foi a proibição do comércio espanhol com os portos

neerlandeses, o que afetava diretamente o comércio do açúcar do Brasil, uma vez que os neerlandeses eram tradicionais investidores na agro-manufatura açucareira e onde possuíam pesadas inversões de capital.

Diante dessa restrição, os neerlandeses voltaram-se para o comércio no oceano Índico, vindo a constituir a Companhia Neerlandesa das Índias Orientais (1602), que passava a ter o monopólio do comércio oriental, o que garantia a lucratividade da empresa.

O sucesso dessa experiência levou à fundação da Companhia Neerlandesa das Índias Ocidentais (1621), a quem os Estados Gerais (seu órgão político supremo) concederam o monopólio do tráfico e do comércio de escravos, por vinte e quatro anos, na América e na África. O maior objetivo da nova Companhia, entretanto, era retomar o comércio do açúcar produzido na Região Nordeste do Brasil.

A expedição de Van Noort:

Foi nesse contexto que ocorreu a expedição do almirante Olivier van Noort que, de passagem pela costa do Brasil, alguns autores apontam ter tentado uma invasão da baía de Guanabara.

A esquadra de Van Noort partiu de Roterdã, nos Países Baixos, a 13 de setembro de 1598, integrada por quatro navios e 248 homens.

Padecendo de escorbuto, a frota pediu permissão para obter refrescos (suprimentos frescos) na baía de Guanabara, que lhe foram negados pelo governo da capitania, de acordo com instruções recebidas da metrópole. Uma tentativa de desembarque, foi repelida por indígenas e pela artilharia da Fortaleza de Santa Cruz da Barra, conforme ilustração à época.

Afirma-se que pilhagens e incêndios de cidades e embarcações foram praticadas pela expedição na costa do Chile, do Peru e das Filipinas. Na realidade sofreu grandes perdas em um ataque dos indígenas da Patagônia (no atual Chile) e das forças espanholas no Peru. Alguns autores atribuem a Van Noort, nesta viagem, a descoberta da Antártida. A expedição retornou ao porto em 26 de agosto de 1601 com apenas uma embarcação, tripulada por 45 sobreviventes.

A expedição de van Spielbergen:

Incidente semelhante registrou-se com a expedição do almirante Joris van Spielbergen, que realizava a segunda viagem de circum-navegação neerlandesa, entre 1614 e 1618. As suas embarcações aportaram em Cabo Frio, ilha Grande e São Vicente, enfrentando resistência portuguesa ao tentar reabastecer nesta última (3 de fevereiro de 1615).

Na edição de 1648 da obra "*Miroir Oost & West-Indical*" (originalmente publicada em Amsterdã, em 1621, por Ian Ianst), a narrativa de Spielbergen é ilustrada por uma gravura de São Vicente, onde retrata o incidente ocorrido em Santos. Apesar de suas imprecisões, essa iconografia descreve os contornos da baía, os rios, as fortificações e o casario.

Periodização

Em linhas gerais, as invasões holandesas do Brasil podem ser recortadas em dois grandes períodos:

- 1624-1625 - Invasão de Salvador, na Bahia
- 1630-1654 - Invasão de Olinda e Recife, em Pernambuco
- 1630-1637 - Fase de resistência ao invasor
- 1637-1644 - Administração de Maurício de Nassau
- 1644-1654 - Insurreição pernambucana

A invasão de Salvador (1624-1625):

Cientes da vulnerabilidade das povoações portuguesas no litoral Nordeste brasileiro, os administradores da Companhia Neerlandesa das Índias Ocidentais (W.I.C.) decidiram pelo ataque à então capital do Estado do Brasil, a cidade do Salvador, na capitania da Bahia.

Desse modo, uma armada da W.I.C. transportando um efetivo de cerca de 1.700 homens sob o comando do almirante Jacob Willekens, em 10 de Maio de 1624, atacou e conquistou a capital. Em pânico, os

habitantes retiraram-se para o interior. O governador-geral, Diogo de Mendonça Furtado (1621-1624), entrincheirou-se no palácio, mas tanto ele como o filho e alguns oficiais foram aprisionados e enviados para os Países Baixos. O governo da cidade passou a ser exercido pelo fidalgo holandês Johan Van Dorth.

Em 1625 a Espanha enviou, como reforço, uma poderosa armada de cinquenta e dois navios, sob o comando de D. Fadrique de Toledo Osório, marquês de Villanueva de Valduesa, e do general da armada da Costa de Portugal, D. Manuel de Meneses, a maior então enviada aos mares do Sul: a famosa *Jornada dos Vassalos*, com quase quatorze mil homens. Essa expedição derrotou e expulsou os invasores holandeses a 1 de maio desse mesmo ano.

A invasão de Olinda e Recife (1630-1654):

O enorme gasto com a fracassada invasão às terras da Bahia foi recuperado quatro anos mais tarde, num audacioso ato de corso quando, no mar do Caribe, o Almirante Piet Heyn, a serviço da W.I.C., interceptou e saqueou a frota espanhola que transportava o carregamento anual de prata extraída nas colônias americanas.

De posse desses recursos, os neerlandeses armaram nova expedição, desta vez contra o principal centro produtivo da colônia, e um alvo menos defendido. O seu objetivo declarado era o de restaurar o comércio do açúcar com os Países Baixos, proibido pela Coroa da Espanha. Uma nova esquadra, com 64 navios e 3.800 homens, investirá agora sobre a Capitania de Pernambuco onde, em Fevereiro de 1630, conquistam Olinda e depois Recife. Com a vitória, as forças neerlandesas foram reforçadas por um efetivo de mais 6.000 homens, enviado da Europa para assegurar a posse da conquista.

A aquisição de mão de obra escrava tornou-se imperativa para o sucesso da colonização neerlandesa. Por essa razão, a W.I.C. começou a traficar escravos da África para o Brasil.

A resistência:

A resistência, liderada por Matias de Albuquerque, concentrou-se no Arraial do Bom Jesus, nos arredores do Recife. Através de táticas indígenas de combate (campanha de guerrilhas), confinou o invasor às fortificações no perímetro urbano de Olinda e seu porto, Recife.

As chamadas "companhias de emboscada" eram pequenos grupos de dez a quarenta homens, com alta mobilidade, que atacavam de surpresa os neerlandeses e se retiravam em velocidade, reagrupando-se para novos combates.

Entretanto, com o tempo, alguns senhores de engenho de cana-de-açúcar aceitaram a administração da Companhia das Índias Ocidentais por entenderem que uma injeção de capital e uma administração mais liberal auxiliariam o desenvolvimento dos seus negócios. O seu melhor representante foi Domingos Fernandes Calabar, considerado historiograficamente como um traidor ao apoiar as forças de ocupação e a administração neerlandesa.

Destacaram-se nesta fase de resistência luso-brasileira líderes militares como Martim Soares Moreno, Antônio Felipe Camarão, Henrique Dias e Francisco Rebelo (o Rebelinho).

Com a invasão da Paraíba (1634) e as conquistas do Arraial do Bom Jesus e do cabo de Santo Agostinho (1635), as forças comandadas por Matias de Albuquerque entraram em colapso e se viram forçadas a recuar na direção do rio São Francisco. Foram personagens importantes nesse contexto Domingos Fernandes Calabar e o coronel Crestofle d'Artischau Arciszewski.

O consulado nassoviano (1637-1644):

Vencida a resistência luso-brasileira, com o auxílio de Calabar, a W.I.C. nomeou o conde Maurício de Nassau para administrar a conquista.

Homem culto e liberal, tolerante com a imigração de judeus e protestantes, trouxe consigo artistas e cientistas para estudar as potencialidades da terra. Preocupou-se com a recuperação da agro-manufatura do açúcar, prejudicada pelas lutas, concedendo créditos e vendendo em hasta pública os engenhos conquistados. Cuidou da questão do abastecimento e da mão-de-obra, da administração e promoveu ampla reforma urbanística no Recife (Cidade Maurícia). Concedeu liberdade religiosa, registrando-se a fundação, no Recife, da primeira sinagoga do continente americano.

Em 1641, após a invasão de São Luís do Maranhão, os neerlandeses expandiram-se para o interior da capitania, verificando-se choques com os colonos já em 1642. As lutas para expulsão do invasor estenderam-se até 1644, nelas tendo se destacado Antônio Teixeira de Melo.

Espanha se separa de Portugal , assim formam uma aliança para poderem combater a Holanda.

A Insurreição Pernambucana:

Também conhecida como Guerra da Luz Divina, foi o movimento que expulsou os neerlandeses do Brasil, integrando as forças lideradas pelos senhores de engenho André Vidal de Negreiros, João Fernandes Vieira, pelo afrodescendente Henrique Dias e pelo indígena Felipe Camarão.

A Restauração Portuguesa em 1640 conduziu à assinatura de uma trégua de dez anos entre Portugal e os Países Baixos. Com este abalo ao domínio espanhol, a guerra de independência dos Países Baixos prosseguiu.

Na América, o Brasil se pronunciou em favor do Duque de Bragança (1640). Na região Nordeste, sob domínio da WIC, Maurício de Nassau foi substituído na administração. Ao contrário do que preconizara em seu "testamento" político, os novos administradores da companhia passaram a exigir a liquidação das dívidas aos senhores de engenho inadimplentes, política que conduziu à *Insurreição Pernambucana* de 1645 e que culminou com a extinção do domínio neerlandês após a segunda Batalha dos Guararapes.

Formalmente, a rendição foi assinada em 26 de Janeiro de 1654, na campina do Taborda, mas só provocou efeitos plenos, em 6 de agosto de 1661, com a assinatura da Paz de Haia, onde Portugal concordou em pagar aos Países Baixos oito milhões de Florins, equivalente a sessenta e três toneladas de ouro. Este valor foi pago aos Países Baixos, em prestações, ao longo de quarenta anos e sob a ameaça de invasão da Marinha de Guerra. De acordo com uma corrente historiográfica tradicional em *História Militar do Brasil*, o movimento assinalou ainda o gérmen do nacionalismo brasileiro, pois os brancos, africanos e indígenas fundiram seus interesses na expulsão do invasor.

Quilombo Palmares:

O Quilombo dos Palmares foi um quilombo da era colonial brasileira. Localizava-se na Serra da Barriga, na então Capitania de Pernambuco, região hoje pertencente ao município de União dos Palmares, no estado brasileiro de Alagoas.

Conheceu o seu auge na segunda metade do século XVII, constituindo-se no mais emblemático dos quilombos formados no período colonial. Resistiu por mais de um século, o seu mito transformando-se em moderno símbolo da resistência do africano à escravidão.

As primeiras referências a um quilombo na região remontam a 1580, formado por escravos fugitivos de engenhos das Capitanias de Pernambuco e da Bahia no período denominado como União Ibérica.

No fim do século XVI, o quilombo ocupava uma vasta área coberta de palmeiras, que se estendia do cabo de Santo Agostinho ao rio São Francisco. Um século mais tarde, esse território encontrava-se reduzido à região de Una e Serinhaém, em Pernambuco, Porto Calvo e São Francisco, atual Penedo, em Alagoas.

O apogeu:

À época das invasões holandesas do Brasil (1624-1625 e 1630-1654), com a perturbação causada nas rotinas dos engenhos de açúcar, registrou-se um crescimento da população em Palmares, que passou a formar diversos núcleos de povoamento (*mocambos*).

Os principais foram:

- Macaco - o maior, centro político do quilombo, contando com cerca de 1.500 habitações;
- Subupira - centralizava as atividades militares, contando com cerca de 800 habitações;
- Zumbi- o líder do seu povo.
- Tabocas

Embora não se possa precisar o número de habitantes nos Palmares, de vez que a população flutuava ao sabor das conjunturas, historiadores estimam que, em 1670, alcançou cerca de vinte mil pessoas.

Essa população sobrevivia graças à caça, à pesca, à coleta de frutas (manga, jaca, abacate e outras) e à agricultura (feijão, milho, mandioca, banana, laranja e cana-de-açúcar). Complementarmente, praticava o artesanato: (cestas, tecidos, cerâmica, metalurgia). Os excedentes eram comercializados com as populações vizinhas, de tal forma que colonos chegavam a alugar terras para plantio e a trocar alimentos por munição com os quilombolas.

Pouco se sabe, também, acerca da organização política do quilombo. Alguns supõem que se constituiu ali um verdadeiro Estado, nos moldes dos reinos africanos, sendo os diversos mocambos governados por oligarcas sob a chefia suprema de um líder. Outros apontam para a possibilidade de uma descentralização do poder entre os diferentes grupos, pertencentes às diversas etnias que formavam os núcleos de quilombos, que delegavam esse poder a lideranças militares conforme o seu prestígio. As mais famosas lideranças foram Ganga Zumba e seu sobrinho, Zumbi. Apesar disso, alguma forma de trabalho compulsório também foi praticada dentro do quilombo.

A repressão:

Com a expulsão dos holandeses do Nordeste do Brasil, acentuou-se a carência de mão de obra para a retomada de produção dos engenhos de açúcar da região. Dado o elevado preço dos escravos africanos, os ataques a Palmares aumentaram, visando a recaptura de seus integrantes.

A prosperidade de Palmares, por outro lado, atraía atenção e receio, e o governo colonial sentiu-se obrigado a tomar providências para afirmar o seu poder sobre a região. Em carta à Coroa Portuguesa, um Governador-geral reportou que os quilombos eram mais difíceis de vencer do que os holandeses (neerlandeses).

Foram necessárias, entretanto, cerca de dezoito expedições, organizadas desde o período de dominação holandesa, para erradicar definitivamente o Quilombo dos Palmares.

No último quartel do século XVII, Fernão Carrilho ofereceu a Ganga Zumba, um líder que implementou táticas de guerrilha na defesa do território, um tratado de paz (1677). Por seus termos, era oferecida a liberdade aos nascidos no quilombo, assim como terras inférteis na região de Cocaú. Grande parte dos quilombolas rejeitou os termos desse acordo, nitidamente desfavoráveis e, na disputa então surgida, Ganga Zumba foi envenenado, subindo ao poder o seu irmão, Ganga Zona, aliado dos portugueses. O acordo foi, desse modo, rompido, tendo os dissidentes se restabelecido em Palmares, sob a liderança de Zumbi.

No primeiro momento, Zumbi substituiu a estratégia de defesa passiva por um tipo de estratégia de guerrilha, com a prática de ataques de surpresa a engenhos, libertando escravos e apoderando-se de armas, munições e suprimentos, empregando-os em novos ataques.

A ação de Domingos Jorge Velho:

Após várias investidas relativamente infrutíferas contra Palmares, o governador e Capitão-general da capitania de Pernambuco, Caetano de Melo e Castro, contratou o bandeirante Domingos Jorge Velho e o Capitão-mor Bernardo Vieira de Melo para erradicar de vez a ameaça dos escravos fugitivos na região.

O quilombo passou a ser atacado pelas forças do bandeirante e, mesmo experientes na guerra de extermínio, tiveram grandes dificuldades em vencer as táticas dos quilombolas, mais elaboradas que a dos indígenas com quem haviam tido contato. Adicionalmente, tiveram problemas para contornar a inimizade surgida com os colonos da região, vítimas de saques dos bandeirantes em diversas ocasiões.

Em janeiro de 1694, após um ataque frustrado, as forças do bandeirante iniciaram uma empreitada vitoriosa, com um contingente de seis mil homens, bem armados e municiados, inclusive com artilharia. Um quilombola, Antônio Soares, foi capturado e, mediante a promessa de Domingos Jorge Velho de que seria libertado em troca da revelação do esconderijo do líder, Zumbi foi encurralado e morto em uma emboscada, a 20 de novembro de 1695.

A cabeça de Zumbi foi cortada e conduzida para Recife, onde foi exposta em praça pública, no alto de um mastro, para servir de exemplo a outros escravos.

Sem a liderança militar de Zumbi, por volta do ano de 1710, o quilombo desfez-se por completo.

Escravidão no Quilombo:

Apesar de Representar uma resistência à escravidão, muitos quilombos contavam com a escravidão internamente. Esta prática levou vários teóricos a interpretarem a prática dos quilombos como um conservadorismo africano, que mantinha as diversas classes sociais existentes na África, incluindo reis, generais e escravos.

Contudo, a escravidão nos quilombos em nada se assemelhava à escravidão dos brancos sobre os negros, sendo os escravos considerados como membros das casas dos senhores, aos quais deviam obediência e respeito. Semelhante à escravidão entre brancos, comum na Europa na Alta Idade Média.

Assim a prática da escravidão nos quilombos tinha dupla finalidade:

- a primeira, de aculturar os escravos recém-libertos às práticas do quilombos, que consistiam em trabalho árduo para a subsistência da comunidade, já que muitos dos escravos libertos achavam que não teriam mais que trabalhar; e
- a segunda, que visava diferenciar os ex-escravos que chegavam aos quilombos pelos próprios meios (escravos fugidos, que se arriscavam até encontrar um quilombo. Sendo, neste trajeto, perseguidos por animais selvagens e pelos antigos senhores, e ainda, correndo o risco de serem capturados por outros escravistas), daqueles trazidos por incursões de resgates (escravos libertados por quilombolas que iam às fazendas e vilas para libertar escravos).

Mineração no Século XIII e as lutas por independência:

Chama-se ciclo do ouro, ou ciclo da mineração o período da história do Brasil em que a extração e exportação do ouro dominava a dinâmica econômica da colônia.

Quando chegaram ao Brasil os primeiros exploradores procuraram ouro e metais preciosos, com o intuito de os levar para a metrópole, ao início as excursões pioneiras no litoral e interior do país não trouxeram muitos resultados, ainda que estas riquezas abundassem em várias zonas do Brasil como mais tarde se viria a descobrir. Então os primeiros colonos encontraram principalmente pau-brasil, solo fértil e índios, a quem não deram grande importância.

Muitos exploradores morreram à procura de jóias e pedras preciosas, tal como o bandeirante Fernão Dias Paes Leme que morreu em 1681 à procura de esmeraldas. Finalmente, nos últimos anos do século XVII os primeiros exploradores descobrem esse tipo de riquezas no Brasil.

O ciclo do ouro durou até o fim do século XVIII, quando já se esgotavam as minas da região explorada, que hoje compreende os estados de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás.

A economia do Brasil sempre teve uma relação estreita com a extração mineral. Desde os tempos de colônia, o Brasil transformou a mineração - também responsável por parte da ocupação territorial - em um dos setores básicos da economia nacional. Atualmente, é responsável de três a cinco por cento do Produto Interno Bruto.

Na obtenção de matérias-primas, é utilizada por indústrias metalúrgicas, siderúrgicas, fertilizantes, petroquímica e responsável pela interiorização da indústria inclusive em regiões de fronteiras. Em 2000, o setor mineral representou 8,5 % do PIB - 50,5 bilhões

de dólares. É um setor, portanto, de profunda importância, pois, além do que já representa para a economia nacional, o subsolo brasileiro representa um importante depósito mineral. Entre as substâncias encontradas, destacam-se o nióbio, minério de ferro (segundo maior produtor mundial), tantalita, manganês, entre outros.

Deixando de lado aspectos já mencionados, não se pode esquecer que a atividade mineradora é responsável pela criação de inúmeros empregos diretos e indiretos, representando no ano 2000, 500.000 empregos e um saldo na balança comercial de 7,7 bilhões de dólares.

O Ciclo do Ouro:

No final do século XVII foi descoberto, pelos bandeirantes paulistas, ouro nos ribeiros das terras que pertenciam à capitania de São Paulo e mais tarde ficaram conhecidas como Minas Gerais. Descobriram-se depois, no final da década de 1720, diamante e outras gemas preciosas. Esgotou-se o ouro abundante nos ribeirões, que passou a ser mais penosamente buscado em veios dentro da terra. Apareceram metais preciosos em Goiás e no Mato Grosso, no século XVIII. A Coroa cobrava, como tributo, um quinto de todo o minério extraído, o que passou a ser conhecido como "o quinto". Os desvios e o tráfico de ouro, no entanto, eram freqüentes. Para coibi-los, a Coroa instituiu toda uma burocracia e mecanismos de controle.⁴⁹ Quando a soma de impostos pagos não atingia uma cota mínima estabelecida, os colonos deveriam entregar jóias e bens pessoais até completar o valor estipulado — episódios chamados de derramas.

O período que ficou conhecido como Ciclo do Ouro iria permitir a criação de um mercado interno, já que havia demanda por todo tipo de produtos para o povoamento das Minas Gerais. Era preciso levar, Serra da Mantiqueira acima, escravos e ferramentas, ou, rio São Francisco abaixo, os rebanhos de gado para alimentar a verdadeira multidão que para lá acorreu. A população de Minas Gerais rapidamente se tornou a maior do Brasil, sendo a única capitania do interior do Brasil com grande população. A essa época maioria da população de Minas Gerais, aproximadamente 78%, era formada por negros e mestiços. A população branca era formada em grande parte por cristãos-novos vindos do norte de Portugal e das Ilhas dos Açores e Madeira. Os cristãos novos foram muito importantes no comércio colonial e se concentraram especialmente nos povoados em volta de Ouro Preto e Mariana. Ao contrário do que se pensava na Capitania do Ouro a riqueza não era mais bem

distribuída do que em outras partes do Brasil. Hoje se sabe que foram poucos os beneficiados no solo mais rico da América no século XVIII. As condições de vida dos escravizados na região mineira eram particularmente difíceis. Eles trabalhavam o dia inteiro em pé, com as costas curvadas e com as pernas mergulhadas na água. Ou então em túneis cavados nos morros, onde era comum ocorrerem desabamentos e mortes. Os negros escravizados não realizavam apenas tarefas ligadas à mineração. Também transportavam mercadorias e pessoas, construía estradas, casas e chafarizes, comerciavam pelas ruas e lavras. Alguns proprietários alugavam seus escravos a outras pessoas. Esses trabalhadores eram chamados de "escravos de aluguel". Outro tipo de escravo era o "escravo de ganho", por exemplo, as mulheres que vendiam doces e salgados em tabuleiros pelas ruas. Foi relativamente comum este tipo de escravo conseguir formar um pecúlio, que empregava na compra de sua liberdade, pagando ao senhor por sua alforria.

A Sociedade Mineradora e as Camadas Médias:

O Brasil passou por sensíveis transformações em função da mineração. Um novo pólo econômico cresceu no Sudeste, relações comerciais inter-regionais se desenvolveram, criando um mercado interno e fazendo surgir uma vida social essencialmente urbana.

A camada média, composta por padres, burocratas, artesãos, militares, mascates e faisqueiros, ocupou espaço na sociedade. A população mineira, salvo nos principais centros Vila Rica, Mariana, Sabará, Serro e Caeté, era essencialmente pobre. O custo de vida altíssimo e a falta de gêneros alimentícios uma constante.

As minas propiciaram uma diversificação relativa dos serviços e ofícios, tais como comerciantes, artesãos, advogados, médicos, mestre-escolas entre outros. No entanto foi intensamente escravagista, desenvolvendo a sociedade urbana às custas da exploração da mão de obra escrava. A mineração também provocou o aumento do controle do comércio de escravos para evitar o esvaziamento da força de trabalho das lavouras, já que os escravos eram os únicos que trabalhavam. Os escravos mais hábeis para a mineiração eram os "Minas" trazidos da Costa ocidental africana, onde eram mineiradores de ouro, e saídos do porto de Elmina, em Gana, onde ficavam no Castelo de São Jorge da Mina. Foi muito comum a fuga de escravos e a formação de muitos quilombos em Minas Gerais, sendo o mais importante foi o "Quilombo do Ambrósio". Também foi responsável pela tentativa de escravização dos índios, através das bandeiras, que com intuito de abastecer a região centro-sul promoveu a interiorização do Brasil.

Apesar de modificar a estrutura econômica, manteve a estrutura de trabalho vigente, beneficiando apenas os ricos e os homens livres que compunham a camada média. Outro fator negativo foi a falta de desenvolvimento de tecnologias que permitissem a exploração de

minas em maior profundidade, o que estenderia o período de exploração (e conseqüentemente mais ouro para Portugal).

Assim, o eixo econômico e político se deslocou para o centro-sul da colônia e o Rio de Janeiro tornou-se sede administrativa, além de ser o porto por onde as frotas do rei de Portugal iam recolher os impostos. A cidade foi descrita pelo padre José de Anchieta como "a rainha das províncias e o empório das riquezas do mundo", e por séculos foi a capital do Brasil.

Invasões estrangeiras e conflitos coloniais:

O início da colonização portuguesa no território brasileiro foi a primeira invasão estrangeira da história do país, então denominado pelos nativos tupis como Pindorama, que significa "Terra das Palmeiras". A resposta imediata foi de longos embates, entre eles a Guerra dos Bárbaros. Houve ainda disputas com os franceses, que tentavam se implantar na América pela pirataria e pelo comércio do Pau-Brasil, chegando a criar uma guerra luso-francesa. Tudo isso culminou com a expulsão dos franceses trazidos por Nicolas Durand de Villegagnon, que haviam construído Forte Coligny no Rio de Janeiro, estabelecendo-se em definitivo a hegemonia portuguesa.

A época colonial foi marcada por vários conflitos, tanto entre portugueses e outros europeus, e europeus contra nativos, como entre os próprios colonos. O maior deles, sem dúvida, foi a Guerra contra os Holandeses (ou Guerras Holandesas, de 1630 a 1647, na Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará.

A insatisfação com a administração colonial provocou a Revolta de Amador Bueno em São Paulo e, no Maranhão, a Revolta de Beckman. Os colonos enchiam os navios que aportavam no Brasil, esvaziando o reino, e foram apelidados "emboabas" porque andavam calçados contra a maioria da população, que andava descalça. Contra eles se levantaram os paulistas, nas refregas do início do século XVIII que ficaram conhecidas como Guerra dos Emboabas e paulistas e ensanguentaram o rio que até hoje se chama Rio das Mortes.

Em Pernambuco, a disputa política e econômica entre mercadores e canavieiros, após a expulsão dos holandeses, levou à Guerra dos Mascates. Os escravos negros que fugiam das fazendas se refugiavam nas serras do agreste nordestino e lá fundavam quilombos, dos quais o mais importante foi o de Palmares,

liderado por Ganga Zumba e seu sobrinho Zumbi. A campanha para destruí-lo foi a Guerra de Palmares (1693-1695).⁵⁰

No sul, a tentativa de escravizar indígenas levou a confrontos com os missionários jesuítas, organizados nas "reduções" (missões) de catequese com os guaranis. As Guerras Guaraníticas duraram, intermitentemente, de 1750 a 1757.

Já com o Ciclo do Ouro, a capitania de Minas Gerais sofreu a Revolta de Filipe dos Santos e a Inconfidência Mineira (1789), seguida pela Conjuração Baiana em Salvador dez anos mais tarde. Esses dois grandes movimentos ficaram marcados por terem a intenção de proclamar a independência.

Inconfidência Mineira:

A Inconfidência Mineira foi um movimento que partiu da elite de Minas Gerais. Com a decadência da mineração na segunda metade do século XVIII, tornou-se difícil pagar os impostos exigidos pela Coroa Portuguesa. Além do mais, o governo português pretendia promulgar a derrama, um imposto que exigia que toda a população, inclusive quem não fosse minerador, contribuísse com a arrecadação de 20% do valor do ouro retirado. Os colonos se revoltaram e passaram a conspirar contra Portugal.

Em Vila Rica (atual Ouro Preto), participavam do grupo, entre outros, os poetas Cláudio Manuel da Costa e Tomás Antônio Gonzaga, os coronéis Domingos de Abreu Vieira e Francisco Antônio de Oliveira Lopes, o padre Rolim, o cônego Luís Vieira da Silva, o minerador Inácio José de Alvarenga Peixoto e alferes Joaquim José da Silva Xavier, apelidado Tiradentes. A conspiração pretendia eliminar a dominação portuguesa e criar um país livre.³ Pela lei portuguesa a conspiração foi classificada como "crime de lesa-majestade", definida como "uma traição contra a pessoa do rei" nas ordenações afonsinas. A forma de governo escolhida foi o estabelecimento de uma República, inspirados pelas idéias iluministas da França e da recente independência norte-americana. Traídos por Joaquim Silvério dos Reis, que delatou os inconfidentes para o governo, os líderes do movimento foram detidos e enviados para o Rio de Janeiro, onde responderam pelo crime de inconfidência (falta de fidelidade ao rei), pelo qual foram condenados. Em 21 de abril de 1792, Tiradentes, de mais baixa condição social, foi o único condenado à morte por enforcamento. Sua cabeça foi cortada e levada para Vila Rica. O corpo foi esquartejado e espalhado pelos caminhos de Minas Gerais. Era o cruel exemplo que ficava para qualquer outra tentativa de questionar o poder de Portugal. Apesar de considerada cruel hoje o enforcamento e esquartejamento do corpo, no contexto da época a

pena foi menos cruel que a pena aplicada, naquela mesma época, à família Távora, no Caso Távora, por igual crime de lesa-majestade, foi condenação à fogueira.

O crime de lesa-majestade era o mais grave dos regimes monarquistas absolutistas e era definido pelas ordenações filipinas, como *traição contra o rei*. Crime este comparado à hanseníase pelas Ordenações filipinas, no livro V, item 6:

*“Lesa-majestade quer dizer traição cometida contra a pessoa do Rei, ou seu Real Estado, que é tão grave e abominável crime, e que os antigos Sabedores tanto estranharam, que o comparavam à lepra; porque assim como esta enfermidade enche todo o corpo, sem nunca mais se poder curar, e empece ainda aos descendentes de quem a tem, e aos que ele conversam, pelo que é apartado da comunicação da gente: assim o erro de traição condena o que a comete, e empece e infama os que de sua linha descendem, posto que não tenham culpa.”*⁵¹

O caso específico de crime de lesa-majestade praticado pelos inconfidentes foi o caso número 5, previsto nas ordenações filipinas, que diz: *Se algum fizesse conselho e confederação contra o rei e seu estado ou tratasse de se levantar contra ele, ou para isso desse ajuda, conselho e favor.*

Conjuração Baiana:

A Conjuração Baiana foi um movimento que partiu da camada humilde da sociedade da Bahia, com grande participação de negros, mulatos e alfaiates, por isso também é conhecida como Revolta dos Alfaiates. Os revoltosos pregavam a libertação dos escravos, a instauração de um governo igualitário (onde as pessoas fossem promovidas de acordo com a capacidade e merecimento individuais), além da instalação de uma República na Bahia. Em 12 de Agosto de 1798, o movimento precipitou-se quando alguns de seus membros, distribuindo os panfletos na porta das igrejas e colando-os nas esquinas da cidade, alertaram as autoridades que, de pronto, reagiram, detendo-os. Tal como na Inconfidência Mineira, interrogados, acabaram delatando os demais envolvidos. Centenas de pessoas foram denunciadas - militares, clérigos, funcionários públicos e pessoas de todas as classes sociais. Destas, 49 foram detidas, a maioria tendo procurado abjurar a sua participação, buscando demonstrar inocência. Mais de 30 foram presos e processados. Quatro participantes foram condenados à forca e os restos de seus corpos foram espalhados pela Bahia para assustar a população.

Vinda da família real para o Brasil:

No início do século XIX, a Europa estava agitada pelas guerras. Inglaterra e França disputavam a liderança no continente europeu. Em 1806, Napoleão Bonaparte, imperador da França, decretou o Bloqueio Continental, proibindo que qualquer país aliado ou ocupado pelas forças francesas comercializasse com a Inglaterra. O objetivo do bloqueio era arruinar a economia inglesa. Quem não obedecesse, seria invadido pelo exército francês.

Portugal viu-se numa situação delicada. Nessa época, Portugal era governado pelo príncipe regente D. João, pois sua mãe, a rainha D. Maria I, enlouquecera. D. João não podia cumprir as ordens de Napoleão e aderir ao Bloqueio Continental, pois tinha longa relação comercial com a Inglaterra, por outro lado o governo português temia o exército francês.

Sem outra alternativa, Portugal aceitou o Bloqueio, mas, continuou comercializando com a Inglaterra. Ao descobrir a trama, Napoleão determinou a invasão de Portugal em novembro de 1807. Sem condições de resistir à invasão francesa, D. João e toda a corte portuguesa fugiram para o Brasil, sob a proteção naval da marinha inglesa. A Inglaterra ofereceu escolta na travessia do Atlântico, mas em troca exigiu a abertura dos portos brasileiros aos navios ingleses.

A corte portuguesa partiu às pressas de Lisboa sob as vaias do povo, em 29 de novembro de 1807. Na comitiva vinha D. João, sua mãe D. Maria I, a princesa Carlota Joaquina; as crianças D. Miguel, D. Maria Teresa, D. Maria Isabel, D. Maria Assunção, D. Ana de Jesus Maria e D. Pedro, o futuro imperador do Brasil e mais cerca de 15 mil pessoas entre nobres, militares, religiosos e funcionários da Coroa. Trazendo tudo o que era possível carregar; móveis, objetos de arte, jóias, louças, livros, arquivos e todo o tesouro real imperial.

Após 54 dias de viagem a esquadra portuguesa chegou ao porto de Salvador na Bahia, em 22 de janeiro de 1808. Lá foram recebidos com festas, onde permaneceram por mais de um mês.

Seis dias após a chegada D. João cumpriu o seu acordo com os ingleses, abrindo os portos brasileiros às nações amigas, isto é, a Inglaterra. Eliminando em parte o monopólio comercial português, que obrigava o Brasil a fazer comércio apenas com Portugal.

Mas o destino da Coroa portuguesa, era a capital da colônia, o Rio de Janeiro, onde D. João e sua comitiva desembarcaram em 8 de março de 1808 e onde foi instalada a sede do governo.

Na chegada ao Rio de Janeiro, a Corte portuguesa foi recebida com uma grande festa: o povo aglomerou-se no porto e nas principais ruas para acompanhar a Família Real em procissão até a Catedral, onde, após uma missa em ação de graças, o rei concedeu o primeiro "beija-mão".

A transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro provocou uma grande transformação na cidade. D. João teve que organizar a estrutura administrativa do governo. Nomeou ministros de Estado, colocou em funcionamento diversas secretarias públicas, instalou tribunais de justiça e criou o Banco do Brasil (1808).

Era preciso acomodar os novos habitantes e tornar a cidade digna de ser a nova sede do Império português. O vice-rei do Brasil, D. Marcos de Noronha e Brito cedeu sua residência, O Palácio dos Governadores, no Lago do Paço, que passou a ser chamado Paço Real, para o rei e sua família e exigiu que os moradores das melhores casas da cidade fizessem o mesmo. Duas mil residências foram requisitadas, pregando-se nas portas o "P.R.", que significava "Príncipe Regente", mas que o povo logo traduziu como "Ponha-se na Rua". Prédios públicos, quartéis, igrejas e conventos também foram ocupados. A cidade passou por uma reforma geral: limpeza de ruas, pinturas nas fachadas dos prédios e apreensão de animais.

As mudanças provocaram o aumento da população na cidade do Rio de Janeiro, que por volta de 1820, somava mais de 100 mil habitantes, entre os quais muitos eram estrangeiros – portugueses, comerciantes ingleses, corpos diplomáticos – ou mesmo resultado do deslocamento da população interna que procurava novas oportunidades na capital.

As construções passaram a seguir os padrões europeus. Novos elementos foram incorporados ao mobiliário; espelhos, bibelôs, biombos, papéis de parede, quadros, instrumentos musicais, relógios de parede.

Com a Abertura dos Portos (1808) e os Tratados de Comércio e Navegação e de Aliança e Amizade (1810) estabelecendo tarifas preferenciais aos produtos ingleses, o comércio cresceu. O porto do Rio de Janeiro aumentou seu movimento que passou de 500 para 1200 embarcações anuais.

A oferta de mercadorias e serviços diversificou-se. A Rua do Ouvidor, no centro do Rio, recebeu o cabeleireiro da Corte, costureiras francesas, lojas elegantes, joalherias e tabacarias. A novidade mais requintada era os chapéus, luvas, leques, flores artificiais, perfumes e sabonetes.

Para a elite, a presença da Corte e o número crescente de comerciantes estrangeiros trouxeram familiaridade com novos produtos e padrões de comportamento em moldes europeus. As mulheres seguindo o estilo francês; usavam vestidos leves e sem armações, com decotes abertos, cintura alta, deixando aparecer os sapatos de saltos baixos. Enquanto os homens usavam casacas com golas altas enfeitadas por lenços coloridos e gravatas de renda, calções até o joelho e meias. Embora apenas uma pequena parte da população usufruísse desses luxos.

Sem dúvida, a vinda de D. João deu um grande impulso à cultura no Brasil.

Em abril de 1808, foi criado o Arquivo Central, que reunia mapas e cartas geográficas do Brasil e projetos de obras públicas. Em maio, D. João criou a Imprensa Régia e, em setembro, surgiu a Gazeta do Rio de Janeiro. Logo vieram livros didáticos, técnicos e de poesia. Em janeiro de 1810, foi aberta a Biblioteca Real, com 60 mil volumes trazidos de Lisboa.

Criaram-se as Escolas de Cirurgia e Academia de Marinha (1808), a Aula de Comércio e Academia Militar (1810) e a Academia Médico-cirúrgica (1813). A ciência também ganhou com a criação do Observatório Astronômico (1808), do Jardim Botânico (1810) e do Laboratório de Química (1818).

Em 1813, foi inaugurado o Teatro São João (atual João Caetano). Em 1816, a Missão Francesa, composta de pintores, escultores, arquitetos e artesãos, chegaram ao Rio de Janeiro para criar a Imperial Academia e Escola de Belas-Artes. Em 1820, foi a vez da Real Academia de Desenho, Pintura, Escultura e Arquitetura-civil.

A presença de artistas estrangeiros, botânicos, zoólogos, médicos, etnólogos, geógrafos e muitos outros que fizeram viagens e expedições regulares ao Brasil – trouxe informações sobre o que acontecia pelo mundo e também tornou este país conhecido, por meio dos livros e artigos em jornais e revistas que aqueles profissionais publicavam. Foi uma mudança profunda, mas que não alterou os costumes da grande maioria da população carioca, composta de escravos e trabalhadores assalariados.

Com a vitória das nações européias contra Napoleão em 1815, ficou decidido que os reis de países invadidos, pela França deveriam voltar a ocupar seus tronos.

D. João e sua corte não queriam retornar ao empobrecido Portugal. Então o Brasil foi elevado à categoria de Reino Unido de Portugal e Algarves (uma região ao sul de Portugal). O Brasil deixava de ser Colônia de Portugal, adquiria autonomia administrativa.

Em 1820, houve em Portugal a Revolução Liberal do Porto, terminando com o Absolutismo e iniciando a Monarquia Constitucional. D. João deixava de ser monarca absoluto e passava a seguir a Constituição do Reino. Dessa forma, a Assembléia Portuguesa exigia o retorno do monarca. O novo governo português desejava recolonizar o Brasil, retirando sua autonomia econômica.

Em 26 de abril de 1821, D. João VI cedendo às pressões, volta a Portugal, deixando seu filho D. Pedro como príncipe regente do Brasil.

Bibliografia

1. Povos Nativos Brasileiros (Os povos indígenas antes da chegada de Cabral) – diversidade, organização, culturas, etc.

http://pt.wikipedia.org/wiki/Povos_ind%C3%ADgenas_do_Brasil

2. Viagens Marítimas (causas, rotas, cotidiano, conflitos, etc)

3. Contato entre os Povos Indígenas e os Portugueses (Questões territoriais, religião, relações de trabalho, etc)

<http://mekstein.blogspot.com.br/2010/02/o-encontro-de-portugueses-com-os-povos.html>

<http://www.suapesquisa.com/indios/>

4. Colonização (expansão territorial, ocupação, as primeiras vilas, relação com a metrópole)

http://pt.wikipedia.org/wiki/Coloniza%C3%A7%C3%A3o_do_Brasil

5. Economia Canavieira e a Escravidão africana

<http://meuartigo.brasilecola.com/historia-do-brasil/o-escravo-na-economia-acucareira.htm>

6. Invasão Holandesa e as disputas territoriais no Brasil Colônia

http://pt.wikipedia.org/wiki/Invas%C3%B5es_holandesas_do_Brasil

7. Quilombo Palmares

http://pt.wikipedia.org/wiki/Quilombo_dos_Palmares

8. Mineração no Século XVIII e as lutas por independência

http://pt.wikipedia.org/wiki/Ciclo_do_Ouro

9. Vinda da família real para o Brasil